

Matriz Curricular PPGDP

I - Disciplinas obrigatórias específicas do Curso de Mestrado Profissional:

1. DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E GESTÃO PÚBLICA

Ementa: 1. Constitucionalismo e Contemporaneidade: o sentido, os desafios e os paradoxos do constitucionalismo no Século XXI. 2. Transformações no Direito Público Contemporâneo: análise crítica das transformações na comparação entre o discurso e a práxis do Direito Público atual. 3. Hermenêutica constitucional, Giro Hermenêutico e Efetividade: percepção de problemas hermenêuticos em experiências de regulação de Políticas Públicas. 4. Estado democrático de Direito, Novo Constitucionalismo, e inovações atuais nas políticas públicas de efetivação de Direitos Fundamentais. 5. Compreensão constitucional das políticas públicas como instrumento de efetividade constitucional. 6. Estudos dirigidos em constitucionalidade e políticas públicas: questões e dilemas constitucionais em debate. 7. Análise de casos em constitucionalidade e políticas públicas: jurisdição constitucional em debate. 8. Diálogos profissionais em políticas públicas: a realidade do Direito Público em debate.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. Teoría de los Derechos Fundamentales. Trad. Ernesto Farzón Valdés, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- BARROSO, Luís Roberto. O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.
- DWORKIN, Ronald. Los derechos en serio. Trad. Maria Guastavino. Barcelona: Ariel, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. Fatti e Norme: Contributi a una teoria discorsiva del diritto e della democrazia, Trad. di Leonardo Ceppa, Ed. Guerini e Associati, Milano, 1996.
- MORAIS, José Luis Bolzan de. As crises do Estado e da Constituição e a transformação espaço-temporal dos direitos humanos. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- MÜLLER, Friedrich. Discours de la méthode juridique. Trad. Olivier Jouanjan. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. 2ª Tiragem, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Princípios constitucionais da administração pública. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

STRECK, Lênio Luiz. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

ZAGREBELSKY, Gustavo. La giustizia costituzionale. Bologna: Società editrice il Mulino, 1988.

2. SEMINÁRIOS INTEGRADOS DE PESQUISA ARTICULADA À PRÁTICA PROFISSIONAL

Ementa: 1. Conhecimento científico (Gnoseologia, Axiologia, Fenomenologia e Práxis). 2. Retórica e discurso científico no Direito. 3. Métodos, Metodologias e Metodica. 4. Tipologia do Conhecimento, das metodologias e suas articulações com a prática profissional em ciências aplicadas. 5. Pesquisa e Técnicas de investigação. 6. Fenômenos jurídicos, experiência jurídica e vivência prática: a investigação da Nomogênese, da Nomosocialização e da Nomoconcreção (a pesquisa orientada ao problema da eficácia, da eficiência e da efetividade das Políticas Públicas). 7. A construção de projetos de pesquisa em investigações jurídicas aplicadas, em pesquisa jurídica empírica e em projetos de pesquisa-ação em Direito. 8. Metodologias de pesquisa: teórica e prática, experimental e não experimental, qualitativa e quantitativa; e integração com a prática. 9. Normalização da redação científica. 10. Seminários Integrados visando ao debate coletivo e colaborativo dos projetos vigentes no programa.

Bibliografia:

ADEODATO, João Maurício. Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo. São Paulo: Noeses, 2011.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. (teoria e direito público, 1).

ARISTÓTELES. Retórica. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento, v. 1).

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução: Maria Celeste Cordeiro Leite Santos. Apresentação: Tércio Sampaio Ferraz Júnior. 10. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1999 [reimpressão 2006]. _____. Teoria da norma jurídica. Tradução: Fernando Pivan Batista; Ariani Bueno Sudatti. Apresentação: Alaôr Caffé Alves. 4. ed. rev. Bauru, SP: Edipro, 2008. _____. Da estrutura à função: novos estudos de Teoria do Direito. Tradução: Daniella Beccaccia Versiani. São Paulo: Manole, 2007.

DAVID, René. Os grandes sistemas do Direito contemporâneo. Tradução: Hermínio A. Carvalho. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção justiça e direito).

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

- HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. Tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 6. ed. 5. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. (Debates, 115).
- LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. Tradução: José Lamego. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- LUHMANN, Niklas. Systema jurídico y dogmatica juridica. Madrid: Centros de Estudios Constitucionais, 1983.
- MIRANDA, Pontes de. O problema fundamental do conhecimento. Atualizado por Wilson Rodrigues Alves. 1. ed. Campinas, SP: Bookseller, 1999.
- MEDEIROS, João Bosco. Redação científica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2003.
- NEVES, Cleuler Barbosa das Neves. O ato administrativo na tutela ambiental do solo rural: uma análise da erosão laminar e do uso do solo na Bacia do Ribeirão João Leite. 2006. 327 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. Tradução Leônidas Hegenberg; Octanny Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 200? [1972].
- REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 9. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. (teoria e direito público, 7).
- SOARES, Edvaldo. Fundamentos de lógica: elementos de lógica formal e teoria da argumentação. São Paulo: Atlas, 2003.
- TUGENDHAT, Ernest. O problema da moral. Porto Alegre: EDIPCURS, 2003. _____. Lições sobre ética. Tradução: Róbson Ramos dos Reis et. al. 5. ed. ver. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas, Editora UNESP. Normas para publicações da UNESP. São Paulo: Editora UNESP, 1994. 4 v., v. 4, Parte 1: Dissertações e Teses.
- VILANOVA, Lourival. Lógica Jurídica. São Paulo: Bushatsky, 1976. (Coleção jurídica J.B., 10).
- ZITSCHER, Harriet Christiane. Metodologia do ensino jurídico com casos – teoria e prática: com exemplos do Direito do Consumidor e do Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

II - Disciplinas obrigatórias específicas do Curso de Doutorado Profissional:

1. ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS E DOGMÁTICA JURÍDICA AVANÇADA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Direito Público e Políticas Públicas: aproximações. Abordagem Direito e Políticas Públicas: características, referências teóricas e principais ferramentas como framework de análise jurídica. Direito e Políticas Públicas: conceitos centrais, Estado Contemporâneo e Políticas Públicas; Arranjos Institucionais e Políticas Públicas; Efetividade de Direitos e Políticas Públicas. Políticas Públicas: dimensões de análise, modelos de análise e ciclo de análise. Diferenças e Interfaces entre Análise Jurídico-Institucional de Políticas Públicas (abordagem jurídica) e Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - M&A (abordagem das ciências sociais e econômicas). Quadro de Análise de Políticas Públicas e Quadro de Problemas de Políticas Públicas: parametrização da análise jurídico-institucional de Políticas Públicas. Direito das Políticas Públicas e sua configuração jurídico-dogmática: regulação, planejamento, articulação, participação, decisão e controle. Controles institucionais e controle social de política pública. Controle Judicial de Políticas Públicas. Desafios atuais do Direito das Políticas Públicas: sistematização do estado da arte.

Bibliografia:

- BONIFÁCIO, Robert; MOTTA, Fabrício Macedo. Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil: abordagem conceitual e trajetória de desenvolvimento jurídico e institucional. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 340-371, maio/ago. 2021.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de problemas de políticas públicas: uma ferramenta para análise jurídico-institucional. *Revista de Estudos Institucionais*, 2019.
- CARVALHO, Osvaldo; COELHO, Saulo Pinto. A confluência do Direito com as políticas públicas no constitucionalismo contemporâneo: aportes para o mapeamento crítico do estado da arte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*; n. 124, 2022.
- COELHO, Saulo Pinto; LOLLI, Eduardo; BITENCOURT, Caroline. Políticas públicas e constitucionalismo contemporâneo crítico: sistematizações para subsidiar análises em Direito e políticas públicas. *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*; v. 43, n. 90, 2022.
- COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. MARQUES, Eduardo e FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- JANNUZZI, Paulo. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na avaliação de políticas e programas sociais. *Desenvolvimento em Debate*, v. 4, nº 1, 2016.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. *Políticas Públicas no Estado Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2013.
- RECK, Janriê. *Direito das Políticas Públicas. Regime Jurídico. Agendamento, formulação, implementação, avaliação, judicialização e critérios de justiça*. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
- SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. *Revista Do Direito*, (56), 119-149, 2018.

2. PESQUISA JURÍDICA NO DOUTORADO PROFISSIONAL

Ementa: O estado da arte do debate contemporâneo sobre os rumos da pesquisa em Direito, com especial enfoque para a pesquisa jurídica na modalidade profissional e no nível de doutorado. A modelagem da pesquisa jurídica aplicada e da pesquisa jurídica empírica, e as alternativas de técnicas de pesquisa e desenhos de produtos compatíveis com o doutorado profissional em Direito. Pesquisa Jurídica e Inovação. Aprimoramento dos elementos de um projeto de pesquisa adequados ao doutorado profissional, especialmente quanto: à complexidade do objeto; à sofisticação da metodologia; ao refinamento teórico vertical dos referenciais; ao tratamento sistemático e vertical do estado da arte; ao enfoque empírico, aplicado e voltado a soluções inovadoras; à articulação metódica e planejada entre pesquisa e dimensão profissional; e ao desenho de resultados e produtos atrelados ao efetivo subsídio à solução de problemas complexos da experiência concreta. Análises avançadas sobre as principais técnicas de pesquisa no direito: revisão sistemática e aprofunda de literatura, análise documental qualitativa e quantitativa, análise do discurso jurídico, estudos de casos paradigma, críticos ou extremos, pesquisa-ação, pesquisa exploratória aprofundada, coleta de dados com poder amostral e controle estatístico, instrumentos de coletas de dados em survey e em entrevistas, jurimetria, teorização fundamentada em dados. Ciência de dados e pesquisa jurídica. Novas práticas de pesquisa jurídica: uso de estatística, uso de big-data e outros bancos de dados, uso e construção de indicadores no Direito, uso de IA na pesquisa jurídica. Pesquisa Jurídica e Transparência Científica: repercussões na integridade e na qualidade do conhecimento científico em Direito.

Bibliografia:

- BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- EPSTEIN, Lee; KING, Gary. Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência. São Paulo: Direito GV, 2013.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Teresa Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. (Re)Pensando a pesquisa jurídica. 5. ed. rev. Ampl. atual. São Paulo: Almedina, 2020.
- FINKELSTEIN, Michael O.; BRUCE A. Levin. Statistics for lawyers. New York: Springer, 2015.
- FLYVBERG, Bent. Cinco equívocos sobre la investigación basada en estudios de caso. Revista Estudios Sociológicos, Vol. XXIII, Núm. 2, mayo-agosto, 2005, pp. 561-590.
- MACHADO, Maíra Rocha (Org.). Pesquisar empiricamente o Direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.
- MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PINTO JUNIOR, Mario Engler. Pesquisa jurídica aplicada no mestrado profissional. In: QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. Metodologia da pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 37-52.
- POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

SÁ E SILVA, Fábio de. Vetores, desafios e apostas possíveis na pesquisa empírica em Direito no Brasil. *Revista de Estudos Empíricos em Direito* 24, *Brazilian Journal of Empirical Legal Studies*, vol. 3, n. 1, jan 2016, p. 24-53.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas Notas Teóricas Sobre a Pesquisa Empírica em Direito. *FGV DIREITO: Law School Legal Studies Research Paper Series*, v. 1, p. 1-35, 2015.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

3. SEMINÁRIOS AVANÇADOS DE PESQUISA EMPÍRICA E INOVAÇÃO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Diálogos coletivos, mediados por pesquisadores experientes na modalidade profissional, na pesquisa jurídica empírica, na pesquisa voltada à inovação e na pesquisa em políticas públicas, voltados ao refinamento dialogado dos projeto de pesquisa dos doutorandos, compreendendo: (i) a delimitação do escopo em função do recorte temático; (ii) a explicitação das questões que serão enfrentadas; (iii) a indicação das fontes de consulta, das formas de acesso e das técnicas de investigação; (iv) a justificativa sobre a relevância prática, o caráter inovador, potencial de impacto, e o nível de complexidade do problema a demandar pesquisa de alto grau de verticalidade para a sua solução; (v) a estratégia de revisão aprofundada de literatura, a amarração coerente dos referenciais teóricos e a identificação clara da contribuição dos resultados da pesquisa para o estado da arte e para o meio profissional. Discussão coletiva com participação de docentes e discentes, de modo a que o autor tome melhor consciência dos desafios, potenciais e melhores percursos e protocolos de pesquisa para produção suficientemente verticalizada do trabalho de doutoramento e possa se programar adequadamente para seu correto enfrentamento.

Bibliografia:

BISPO, M. D. S. Methodological reflections on practice-based research in organization studies. *Brazilian Administration Review*, v. 12, n. 3, 2015.

FABIANI, Emerson; TORMIN, Mateus. Não Fale do Elon Musk! A pesquisa jurídica em pósgraduação profissional. *Revista Direito GV*, n. 19, 2023.

FIGUEREDO FILHO, Dalson; PARANHOS, Ranulfo (e outros). Levando Gary King a Sério: desenhos de pesquisa em ciência política. *Revista Eletrônica de Ciência Política*. Vol. 3, n. 1, 2012.

GHERARDI, S. *How to conduct a practice-based study: Problems and methods* (2nd ed.). Cham, Switzerland: Edward Elgar Publishing, 2019.

JESSOP, Alan. *Let the evidence speak: using Bayesian thinking in law, medicine, ecology and other areas*. Cham, Switzerland: Springer, 2018.

KADANE, Joseph B. *Statistics in the law*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KING, Gary et al. *Designing Social Inquiry. Scientific inference in qualitative Research*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KREUZER, Marcus. The Structure of Description: Evaluating Descriptive Inferences and Conceptualizations. Perspectives on Politics (American Political Science Association). Cambridge University Press, vol. 17, n. 1, 2019.

LOEVINGER, Lee. Jurimetrics: Science and Prediction in the Field of Law. Minnesota Law Review, 1799, 1961.

OLIVEIRA, Luciano – Não fale do Código de Hammurabi!, in Anuário dos Cursos de Pós-Graduação em Direito (UFPE) 13 (2003), 299-330.

RUBIN, Edward L. From. Coherence to Effectiveness - A Legal Methodology for the Modern World. University of Florida Press, 2018.

III - Disciplinas optativas compartilhadas entre os Cursos de Mestrado Profissional e Doutorado Profissional – Linha de Pesquisa “Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas”:

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ARRANJOS E ANÁLISES JURÍDICO-INSTITUCIONAIS NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Estado, governo e Administração: aproximações e interações com a categoria políticas públicas; Modelos de gestão pública e histórico das transformações da Administração Pública brasileira; Normatividade legal e regulatória em políticas públicas; Regulação, legalidade e escolhas públicas (I): abordagem jurídico-normativa; Regulação, legalidade e escolhas públicas (II): abordagem econômico-comportamental; Planejamento e escolhas públicas: instrumentos de direito financeiro e análises de impacto (regulatório e legislativo); Federalismo de cooperação, competências e capacidades institucionais; Governança pública (I): fundamentos e concepções; Governança pública (II): accountability, transparência e democratização; Articulação e concertação administrativa: experiências, fundamentos teóricos e jurídico-normativos; arranjos jurídicos colaborativos: experiências interfederativas e interorgânicas.

Bibliografia:

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de administração pública, v. 41, p. 67-86, 2007.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: BERCOVICI, Gilberto; CARDOSO JUNIOR, José Celso. Estado, instituições e democracia: república. Livro 10, volume 1. Brasília: IPEA, 2013, cap. 5, p. 129-163.

BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. Paradoxos do federalismo: uma observação pragmático-sistêmica. Revista de Direito Administrativo e Constitucional - A&C, ano 23, n. 49, jul./ set. 2012, p. 151- 176.

BONIFÁCIO, Robert; MOTTA, Fabrício Macedo. Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil: abordagem conceitual e trajetória de desenvolvimento jurídico e

institucional. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 340-371, maio/ago. 2021.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In _____ (org.) Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico, São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPANO, Gilbert, HOWLETT, Michael, RAMESH, Michael. Re-thinking Governance in Public Policy: Dynamics, Strategy and Capacities. In: CAPANO, G.; HOWLETT, M.; RAMESH, M. (Eds.). Varieties of Governance: Dynamics, Strategies, Capacities. London: Palgrave. Macmillan, 2015.

CAVALCANTE, P.; PIRES, R. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 19, 2018.

CHEVALLIER, Jacques. A governança e o direito. Revista de Direito Público da Economia - RDPE, Belo Horizonte, ano 3, n. 12, p. 129-146, out./dez. 2005. Disponível em: . FALCÃO, Humberto Martins; MARINI, Caio. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. Revista do TCU, Brasília, edição no 130, 2014, p. 42-53.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos do Brasil para promover capacidades estatais municipais. Revista do Serviço Público, v. 69, 14 dez. 2018, p. 85 - 122.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Finalidades e Fundamentos da Moderna Regulação Econômica, Fórum Administrativo, volume 100, 2009, páginas 85 a 93.

MENEGUIN, Fernando B. e ÁVILA, Flávia. Economia comportamental aplicada a políticas públicas. in ÁVILA, Flavia e BIANCHI, Ana Maria. Guia de economia comportamental e experimental. Tradução Laura Teixeira Motta e Paulo Futagawa. São Paulo: Economia Comportamental.org, 2015, p. 209-219.

MODESTO, Paulo. Autovinculação convencional da administração pública: o contrato de gestão no interior da administração pública brasileira. Revista internacional de Contratos Públicos, n.1, p.1-41, fev./2013. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=563>.

MOTTA, Fabricio; O paradigma da legalidade e o direito administrativo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia (Org.). Supremacia do interesse público e outros temas relevantes do Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2010, p. 197-229.

NETO, Eurico Bitencourt. Concertação administrativa interorgânica: direito administrativo e organização no século XXI. Lisboa: Almedina 2017, p.209- 308.

OTERO, Paulo. Legalidade e administração pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade. Coimbra: Almedina, 2003 (p.45-90 e 137-192).

SABEL, Charles F.; SIMON, William H. Minimalism and experimentalism in the administrative state. Geo. LJ, v. 100, p. 53, 2011.

2. DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: POLÍTICA FISCAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ementa: Finanças Públicas e Constitucionalismo. Tributação, Prioridades Alocativas e Democracia. Interfaces entre gênero, raça, classe, origem e fiscalidade. Vínculos e nexos entre as políticas monetária, tributária, creditícia e orçamentária. Nova Sociologia Fiscal. Tax

Morale e Tax Compliance no Brasil e nos estudos comparados. Avaliação de Políticas Fiscais; Tributação e Desigualdades Sociais. Constituição financeira e o financiamento das políticas públicas de direitos fundamentais sociais. O Papel da Política Fiscal na Efetividade de direitos sociais. Custos e escolhas: diálogo entre direito e economia. Aspectos financeiros na implementação das políticas públicas. Financiamento dos direitos fundamentais e sociais na Constituição a partir do "método do caso": hard cases em saúde, educação, moradia, alimentação, acesso à justiça, segurança. Ciclo orçamentário: possibilidades de participação e controle. Controle judicial da legalidade orçamentária e da sua adequada execução. Qualidade dos gastos públicos e prioridades alocativas. Estudos de casos sobre experiências de responsividade no planejamento orçamentário das políticas públicas.

Bibliografia:

- ALSTON, Philip; REISCH, Nikki (eds). Tax, Inequality and Human Rights. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- AMARAL, Gustavo. Direito, Escassez e Escolha. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- ADLER, Matthew D. POSNER, Eric C. Cost-benefit analysis. Legal, Economic and Philosophical Perspectives (Introduction). Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BUISSA, Leonardo; REIMANN, Simon e MARTINS, Rafael (Orgs.). Direito e finanças públicas nos 30 anos da Constituição: experiências e desafios nos campos do direito tributário e Financeiro. Florianópolis: Tirant Blanch, 2018.
- HOFFMAN, Philip T; NORBERG, Kathryn (eds.) Fiscal Crises, Liberty, and Representative Government 1450-1789. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- INFANTI, Anthony C.; CRAWFORD, Bridget J. Critical Tax Theory: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- HOLMES, Stephen e SUSTEIN, Cass R. O custo dos direitos: por que a liberdade depende de impostos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- MARTIN, I. W.; MEHROTRA, A. K.; PRASAD, M. The new fiscal sociology: taxation in comparative and historical perspective (eds). Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. O' CONNOR, James. Usa: A Crise do Estado Capitalista. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- PINTO, Élica Graziane. Financiamento dos Direitos à Saúde e Educação: uma perspectiva constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- STEWART, Miranda. Tax and Government in the 21st Century. Cambridge: Cambridge: 2022.
- SURREY, Stanley S e McDANIEL, Paul R. The tax expenditure concept and the budget reform act of 1974. Boston College Law Review, vol. XVII, n. 5, june 1976.
- TORRES, Heleno. Direito constitucional financeiro: teoria da constituição financeira. SP: RT, 2014.
- VALDÉS, F. Reducing Inequality in Latin America. Londres: Taylor & Francis, 2017.

3. CONTROLE E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESENHOS, PROCEDIMENTOS, LIMITES E MELHORES PRÁTICAS

Ementa: Controle de Políticas Públicas e seus diversos matizes. Controle Institucional e Controle Social de Políticas Públicas. Estruturas de Controle na Administração Pública e as Políticas Públicas. Controle Interno, Controle Externo e Políticas Públicas. Controle Judicial de Políticas Públicas. Características e estrutura das decisões judiciais no Brasil. Modelos de controle de constitucionalidade no STF. Modelos explicativos de comportamento judicial. Conflitos e interações estratégicas entre os poderes. Judicialização de Políticas Públicas e Processo estrutural. Reforma do sistema de justiça no Brasil. Controle de políticas públicas e processo estrutural. Controle não adversarial e preventivo de políticas públicas. Controle de Políticas Públicas e Deferência Judicial. Controle judicial conforme políticas públicas e controle judicial de políticas públicas.

Bibliografia:

- DROMI, Roberto. Modernización del control público. Madrid-México: Hispania Libros, 2005.
- EISAQUI, Daniel Dela Coleta. Em busca da racionalidade perdida: repensando o modelo decisório do Supremo Tribunal Federal. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 30257- 30282, 2021.
- GRABER, Mark A. The nonmajoritarian difficulty: Legislative deference to the judiciary. *Studies in American political development*, v. 7, n. 1, p. 35-73, 1993.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo e COSTA, Susana Henriques da. O processo para solução de conflitos de interesse público. Salvador: Editora JusPodium, 2017.
- JORDÃO, Eduardo. Por mais realismo no controle da Administração Pública. In _____. Estudos antirromânticos sobre controle da Administração Pública. São Paulo: Editora JusPodium – Malheiros Editores, 2022, p. 571-616.
- JORDÃO, Eduardo; JUNIOR, Renato Toledo Cabral. A Teoria da Deferência e a Prática Judicial: Um Estudo Empírico Sobre o Controle do TJ RJ à Agerensa. *REI-Revista de Estudos Institucionais*, v. 4, n. 2, p. 537-573, 2018.
- MIRANDA, Álvaro. Tribunal de Contas no Brasil: as falsa cisão entre técnica e política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
- MORENO, Pedro T. Nevado-Batalla. Adoção e controle de decisões públicas. Integridade e legitimação institucional pelo acerto. Florianópolis: Editora Habitus, 2022.
- PALMA, Juliana Bonacorsi de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Os Sete Impasses do Controle da Administração Pública no Brasil. In PEREZ, Marcos Augusto e SOUZA, Rodrigo Pagani de. Controle da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, p. 21-38, 2016.
- PINTO, Élide Graziane; SARLET, Ingo Wolfgang; PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres e OLIVEIRA, Odilon Cavallari. Política pública e controle. Um diálogo interdisciplinar em face da Lei 13.655/2018, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018.
- SCALIA, Antonin. Judicial deference to administrative interpretations of law. *Duke Law Journal*, Volume 1989, Number 3, p. 511-521, June 1989.
- VALLE, Vanice Regina Lírio do. Deferência judicial às escolhas regulatórias: o que podemos aprender com standards aplicados pela Suprema Corte estadunidense. *Revista de Direito Administrativo*, Vol. 280, nº 2, 2021, p 137-164.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Deferência judicial para com as escolhas administrativas: resgatando a objetividade como atributo do controle do poder. *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*, v. 25, p. 110, 2020.

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERFACES COM O DIREITO

Ementa: Modelos teóricos de análise de políticas públicas. Ciclo de Políticas Públicas. Análise, Monitoramento e Avaliação, diferenças e complementaridades. Dimensão técnica da M&A e interfaces políticas. Análises integradas de políticas públicas: mais além do custo-benefício. Técnicas de monitoramento de políticas públicas. Tipos de avaliação de políticas, programas e projetos públicos. Avaliações de PPs e metodologias: avaliações pseudo-científicas e avaliações científicas de políticas públicas. Avaliações de Desenho. Avaliações de Processos (procedurais). Avaliações de Resultados (e de impactos). Avaliação ex ante. Avaliação ex post. Avaliação executiva. Avaliação de impacto. Avaliação de custo-efetividade. Instituições e institucionalidade de monitoramento e avaliação de políticas pública no Brasil e no mundo. Técnicas de análises de dados aplicadas a monitoramento e avaliação de políticas públicas. Estudos de caso e comparações em monitoramento e avaliação de políticas públicas com foco em problemas públicos e políticas do campo do Direito. Avaliação de Impacto Regulatório. Controle e Avaliação de PPs: diferenças fundamentais.

Bibliografia:

- BONIFÁCIO, Robert; MOTTA, F. M. . Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil: abordagem conceitual e trajetória de desenvolvimento jurídico e institucional. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 12, p. 340-371, 2021
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex ante. Vol. 1 – Brasília : Ipea, 2018.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (e outros). Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex post. Vol. 2 – Brasília : Ipea, 2018.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas / Tribunal de Contas da União. – Brasília : TCU, 2014.
- FARIA, Carlos Aurélio. A política da avaliação das políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, nº 59, 2005.
- FIGUEIREDO, Marcus; FIGUEIREDO, Argelina. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Análise e Conjuntura*, v. 1, nº 3, 1986.
- JANNUZZI, Paulo. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, v. 36, nº 1, 2002.
- JANNUZZI, Paulo. Indicadores sociais no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Delineamentos experimentais na avaliação de políticas públicas: usos e abusos. *Estudos em Avaliação Educacional (Online)*, v. 34, 2023.

MENEZES FILHO, Naércio (org). Avaliação econômica de projetos sociais. São Paulo: Dinâmica, 2012.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. O Estado da Arte da Avaliação de Políticas Públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de Administração Pública (Impresso), v. 46, p. 75-90, 2012.

RIBEIRO; CASTILHO; PIRES (e outros). Manual de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) – 3ª Edição 2020. (Brasília, Agência Nacional de Transportes Terrestres).

SAAB, Fabio; SILVA, Suylan. Qual a qualidade da análise de impacto regulatório elaborada por agências reguladoras do Brasil? Revista de Administração Pública. 56(4): 529-549, jul. - ago. 2022.

SILVA, Rogério; JOPPERT, Márcia; GASPARINI, Max (Orgs.). Diretrizes para a prática de avaliação no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, 2020.

IV - Disciplinas optativas compartilhadas entre os Cursos de Mestrado Profissional e Doutorado Profissional – Linha de Pesquisa “Segurança Pública: Políticas e Efetividade Constitucional”:

1. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO

Ementa: Política criminal: conceito, limites e potencial permeabilidade às contribuições criminológicas. A Criminologia como ciência. Objeto e método da Criminologia. Criminologia do consenso e Criminologia do conflito. Teorias criminológicas do conflito: Labelling Approach (Rotulação ou Etiquetamento). Criminologias Críticas. A formação do pensamento criminológico latinoamericano na contemporaneidade. O controle social e o sistema penal. Temas atuais de Criminologia: a política criminal e o modelo neoliberal. Novos paradigmas em Criminologia: a proposta de uma Criminologia Cautelar de Eugenio Raul Zaffaroni e seu alcance epistemológico e em relação à práxis. Estudos de caso sobre interface entre criminologia e políticas públicas.

Bibliografia:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Pelas mãos da criminologia: o controle penal além da (des) ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANIYAR DE CASTRO. Lola. Criminologia da libertação. Trad. Sylvia Moretzohn. Rio de Janeiro: Editora Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2005. (Coleção Pensamento Criminológico, v. 10.).

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BORGES, Juliana. O que é: encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

- CARDOSO, Franciele Silva. Paralelismo e distanciamento entre a criminologia e o “olhar sociológico” sobre a punição: as múltiplas possibilidades do controle social enquanto objeto. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 145, p.607-626, 2018. Bimestral.
- DEL OLMO, Rosa. A América latina e sua criminologia. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004. (Coleção Pensamento Criminológico, v. 9.).
- LIMA, Renato Sérgio de; BORGES, Dorian. Estatísticas criminais no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. p. 213-226.
- MACHADO DE SOUSA, Gaspar Alexandre. Violência conjugal contra a mulher na perspectiva dos homens encarcerados por essa prática no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia-GO. 2017. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia Feminista: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2017. POCIONI, Paula; LIMA, Renato Sérgio de. Identidade profissional policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. p. 503-510.
- SHECAIRA, Sergio Salomão. Criminologia. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- SULOCKI, Victoria-amália de Barros Carvalho G. Segurança Pública e Democracia: Aspectos Constitucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. (Pensamento Crítico).
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A palavra dos mortos: conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012. (Coleção Saberes Críticos, coord.: GOMES, Luiz Flávio e BIANCHINI, Alice).
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. 5ª ed. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição, Rio de Janeiro: Revan, 2001.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

Ementa: Desenho constitucional da segurança pública. De uma política de segurança pública às políticas públicas de segurança. Avanços institucionais da segurança pública no Brasil. A política de segurança nos planos nacionais de segurança pública. Segurança pública e sistema de justiça. Defesa social no Estado de Democrático de Direito Defesa social: conceito, definições e apontamentos históricos. Política criminal e os movimentos de defesa social no século XX. As ideias de defesa social no Brasil e sua influência na legislação penal. Defesa social e segurança pública: distinção, implicações teóricas e necessidade de um novo paradigma. O papel dos municípios na segurança pública. As guardas municipais. Políticas públicas para redução da violência. O papel das políticas sociais. A prevenção do crime, segurança e policiamento comunitário. Avaliação de políticas em segurança pública. A política de drogas. Racismo. Estudos de caso e pesquisas empíricas na área da segurança pública: políticas para a redução da violência contra mulheres e meninas. Violência contra adolescentes e jovens. Sistema de justiça juvenil: o pior de dois mundos?. Letalidade policial. Armas de fogo. Problemas estruturais da segurança: controle das polícias, investigação criminal, estatística criminal. Boas práticas na segurança pública. Planos nacionais, estaduais e municipais de segurança pública.

Bibliografia:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A mudança do paradigma repressivo em Segurança Pública: reflexões criminológicas críticas em torno da proposta da 1ª Conferência Nacional Brasileira de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/seq/n67/13.pdf>, acesso em 24/07/2015.

ANCEL, Marc. A nova defesa social: Um movimento de Política Criminal humanista. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

ARAÚJO JÚNIOR, João Marcelo. Sistema Penal para o Terceiro Milênio: atos do Colóquio Marc Ancel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

CERQUEIRA, Daniel LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para discussão, nº 1144). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1144.pdf. Acesso em: 30/11/2015.

DIAS, Lúcia Lemos. A política de segurança pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2010.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; MARCIAL, Elaine Coutinho. Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo. Brasília, IPEA, 2015.

FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; et all (Orgs). Políticas públicas: análise e diagnósticos/Coleção Pensando a Segurança Pública, v. 3. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (Orgs). Polícia e democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças. São Paulo: Alameda, 2015.

MINGARDI, Guaraci. Política de segurança: os desafios de uma reforma. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

SANTOS, Bartira Macedo de. Defesa social: uma visão crítica. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. Dossiê Crime Organizado. Revista de Estudos Avançados, vol. 21. 61, 2007.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativa e órgãos de execução das políticas. Revista Diálogo Jurídico, nº 17, 2008.

SULOCKI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

XAVIER, Laércio Noronha. Políticas Públicas de Segurança. Fortaleza: LCZ, 2012.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E GRUPOS MINORIZADOS NO BRASIL

Ementa: Direitos Humanos e direitos fundamentais como objetivos finalísticos de políticas públicas. Políticas Públicas como arranjo operacional de efetivação de Direitos Humanos. Teoria e dogmática dos direitos humanos no modelo constitucional social e democrático:

contexto teórico e desafios institucionais na contemporaneidade. Dignidade da pessoa humana e diversidade: uma perspectiva decolonial, multicultural e pluriversal de interface com o desenho e implementação de políticas públicas, programas e projetos. Interfaces do Direito Internacional dos Direitos Humanos com a conformação jurídico-institucional das políticas públicas brasileiras. Plano Nacional de Direitos Humanos e sua transversalidade nas políticas públicas. Interseccionalidade nas Políticas Sociais. Grupos minorizados estruturais (desigualdade econômica, desigualdade racial e desigualdade de gênero) e grupos minorizados focalizados. Direitos humanos e políticas públicas estruturais de enfrentamento às desigualdades. Direitos humanos e políticas públicas focalizadas de proteção a grupos minorizados. Indicadores sociais na análise de políticas sociais estruturais e focalizadas. Estudos de casos em políticas públicas para grupos minorizados.

Bibliografia:

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. A não-discriminação como Direito Fundamental e as redes municipais de proteção a minorias sexuais - LGBT. *Revista de Informação Legislativa*, v. 186, p. 89-115, 2010.

CARVALHO NATALINO, Marco Antonio. Avanços e Desafios da Transversalidade nas Políticas Públicas Federais Voltadas para Minorias. In: José Celso Cardoso Jr. (Org.). *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: Ipea, 2009, v. 3, p. 779- 798.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. Para uma crítica das críticas ao discurso dos Direitos Humanos e Fundamentais: da desconstrução do jushumanismo ao jushumanismo crítico. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*. V. 1, n. 2, 2015.

HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos: uma história*. Tradução: Rosaura Eichenberg. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAULTASSI, Laura. (Org.) *Perspectivas de derechos, políticas públicas e inclusión social: debates actuales en la Argentina*. 1ª. ed. Buenos Aires: Biblos, 2010.

PEREIRA, Graziela Raupp ; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco . *Direito Fundamental à Educação, Diversidade e Homofobia na Escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático*. *Educar em Revista (Impresso)*, v. 39, p. 51-71, 2011.

PINTO, Paula Campos. Modelos de abordagem à deficiência: que implicações para as políticas públicas?. *Public Sciences & Policies*, 1(1), 174-200, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.33167/2184-0644.CPP2015.VIN1/pp.174-200>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

SAFE, Diva Julia; COELHO, Saulo; SPINDOLA DINIZ, Ricardo. Situação das Mulheres nos Países do BRICs: análise comparada da (in)efetividade das políticas públicas de proteção da mulher e de redução da desigualdade de gênero nas quatro maiores economias emergentes do mundo. *Revista do Direito*, n. 55, p. 96-119, 2018.

SAFE, Diva Júlia S. C.; COELHO, Saulo De Oliveira Pinto ; DINIZ, Ricardo. M. S. *Direitos Fundamentais, Dignidade Humana e Jurisdição Constitucional entre laudatórias e inefetividades: paradoxos da experiência constitucional e sua autodescrição crítica no Brasil*. *Revista do Direito (Santa Cruz do Sul. Online)*, V. 59, P. 59-87, 2019.

SIQUEIRA, D. P.; CASTRO, L. R. B.. Minorias e grupos vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - UNIFAFIBE*, v. 5, p. 105, 2017.

SCHUSTER BUENO, M. Direito das minorias e as políticas públicas frente aos direitos fundamentais. *Revista Eletrônica Direito e Política*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 184–206, 2015.

SIQUEIRA, D. P.; CASTRO, L. R. B. . Minorias e grupos vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - UNIFAFIBE*, v. 5, p. 105, 2017.

4. POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA: INTERFACES COM A GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Ementa: Coordenação Federativa das Políticas Penais, Prisionais e de Segurança Pública no Brasil. Políticas de segurança pública e governança da segurança pública. Políticas de Segurança Pública e Política Prisional. Fluxo do sistema de justiça criminal. Política carcerária. Estrutura e funcionamento organizacional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e a execução penal. Gestão, planejamento a administração financeira do Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN. Execução penal e boas práticas prisionais. O sistema penal brasileiro e as práticas internacionais. Estudo de casos em boas práticas prisionais. 10. Análise jurídico-institucional e avaliação da política prisional brasileira a partir de estudos empíricos e evidências científicas (mais além das evidências políticas). Estatísticas criminais no Brasil. Redução da violência letal: prevenção e repressão qualificada. Letalidade na ação policial. Ouvidorias e corregedorias de polícia.

Bibliografia:

BONIFÁCIO, Robert; ROCHA, Claudiney. Superlotação Carcerária Pós-estado de Coisas Inconstitucional (2015- 2018). *Dialética*: Belo Horizonte, 2020.

BRAVO, Omar A. Las prisiones de la locura, la locura de las prisiones. Editorial Grupo 5: Madrid. 2015. DIAS, Lúcia Lemos. A política de segurança pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2010.

GOMES, Geder L. R. Substituição da prisão: alternativas Penais, legitimidade e adequação. *JUSPODIVM*: São Paulo. 2008.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghinringhelli de. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

MIRANDA, Ana Paula; LIMA, Lana L. G. Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal, *Série Antropologia e Ciência Política*, v. 43. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2020.

RUIZ, Jefferson L. ABRANTES, Márcia M. O sistema prisional brasileiro e a COVID-19. *LIBERTAS*. Revista da Faculdade de Serviço Social. UFJF. n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/31922>.

SPANIOL, Marlene. Políticas Municipais de Prevenção à Violência no Brasil: Desafios e Experiências no Campo de Segurança. Edipucrs. Porto Alegre. 2019.

SULOCKI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

VASCONCELOS, J. P. Política Penitenciária: ação dos conselhos da comunidade e sua correlação com a taxa de ocupação do cárcere em goiás, de 2017 a 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós Graduação em Direito e Políticas Públicas, Goiânia, 2020.

VIGGIANO, Fernando Braga. Criminologia e Política Criminal: aportes críticos sobre o sistema penitenciário feminino. Tese. Doutorado em Direito. Universidade de São Paulo. 2016.

YOUNG, J. A sociedade excludente. Revan: Rio de Janeiro, 2015.

V - Disciplinas optativas compartilhadas entre os Cursos de Mestrado Profissional e Doutorado Profissional – Linha de Pesquisa “Novas Tecnologias e Novas Práticas em Políticas Públicas: soluções jurídicas”:

1. GOVERNO DIGITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO JURÍDICA

Ementa: Governo digital. Sociedade e tecnologia: tecnocracia e tecnopólio; inovação e dadosfera. Big data, perfilamento e sociedade de vigilância. Serviços públicos digitais. Governança digital do ciclo de políticas públicas: formulação, regulação, articulação, implementação, monitoramento e avaliação, no contexto das novas tecnologias. Autonomia da pessoa no ambiente digital; estratégias regulatórias na era digital; tecnologia como vetor orientador de políticas públicas. Vieses e igualdade no governo digital. Inteligência artificial, transparência e legitimidade algorítmica. Aplicações de IA preditiva e decisória no desenho da ação pública. Processamento de linguagem natural e seu emprego na gestão e governança de políticas públicas. Ética, moralidade administrativa e tecnologia.

Bibliografia:

BARROS FILHO, Clóvis de e LIMA, Adriano da Rocha. Inovação e traição. Um ensaio sobre fidelidade e tecnologia. Prefácio de Lenadro Karnal. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BRIDLE, James. A nova idade das trevas. A tecnologia e o fim do mundo. Tradução Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2019.

BUCCI, Eugênio. Incerteza, um ensaio. Como pensamos a ideia que nos orienta (e orienta o mundo digital). Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CHOPRA, Aneesh. Innovative state: How new technologies can transform government. Open Road+ Grove/Atlantic, 2014.

FLORIDI, Luciano. The 4th Revolution. How the infosphere is reshaping human reality. Great Britain: Clays Ltd., 2014.

MOTTA, Fabrício e VALLE, Vanice Regina Lírio do (coord.). Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública. A Lei 14.129, de 29 de março de 2021. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann e SILVA, Roberta Zumblick Martins da. Inteligência artificial e Direito. Curitiba: Alteridade Editora, 2019.

POSTMAN, Neil. Tecnopólio. A rendição da cultura à tecnologia. Trad. Reinaldo Guarany, São Paulo: Nobl, 1994.

RUSSEL, Stuart. Inteligência artificial a nosso favor. Como manter o controle sobre a tecnologia. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SUSSKIND, Richard. Online Courts and the future of justice. Oxford: Oxford University Press, 2019.

TENNER, Edward. The efficiency paradox. What Big Data can't do. New York: Vintage Books, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À JUSTIÇA E DE GESTÃO E INOVAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Ementa: Políticas Judiciárias como Políticas Públicas. Instituições do Sistema de Justiça: governança do sistema de justiça. Políticas Públicas de Acesso à Justiça e políticas afins. Políticas Públicas para o Aprimoramento da Administração da Justiça e políticas correlatas nas demais instituições essenciais à Justiça. Democratização do acesso à justiça e democratização da governança do sistema de Justiça. Sistema brasileiro de justiça multiportas. Novas tecnologias, Inteligência artificial, Realidade Virtual e os impactos da tecnologia na governança das instituições do sistema de justiça e nos serviços de justiça. Sistemas e aplicativos tecnológicos utilizados e disponíveis aos usuários do sistema de justiça. Gestão Judicial e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Meios alternativos de solução de conflitos como política pública do sistema de justiça. Temas avançados em Políticas Públicas Judiciária e Políticas Públicas do Sistema de Justiça.

Bibliografia:

CAVALCANTE, Pedro. Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia. Brasília: Ipea, 2019.

CUNHA, Luciana Gross. Medir la justicia: el caso del índice de confianza en la justicia (ICJ) en Brasil. In: César Rodríguez Garavito. (Org.). El Derecho en América Latina: Un Mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. 1ed. Madrid: Siglo XXI Editores, 2011, v. 1, p. 401-421.

DIDIER JR., Fredie; FERNANDEZ, Leandro. O sistema brasileiro de justiça multiportas como uma sistema auto-organizado: interação, integração e seus institutos catalisadores. Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte - REPOJURN, a. 03, n. 01, jan./jun. 2023.

FREITAS, Juarez; FREITAS, Thomas Bellini. Direito e inteligência artificial: em defesa do humano. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

REITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Dario Almeida Passos de (Coord.). Direito e administração da justiça. Curitiba: Juruá, 2006.

GARTH, Bryant e CAPPELLETTI, Mauro. Access to justice: the worldwide movement to make rights effective. A general report. (tradução de Ellen Gracie Northfleet: Acesso à justiça), Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988.

GOMES, Adalmir de Oliveira; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Desempenho no Judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. Revista de Administração Pública Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 379-401, 2013.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Acesso à justiça*: condicionantes legítimas e ilegítimas. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2018.

MARCUS, Richard L. Malaise of the litigation superpower.

ZUCKERMAN, Adrian A. S. (Ed.). Civil justice in crisis: comparative perspectives of civil procedure. London: Oxford University Press, 1999.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Gross. Os indicadores sobre o Judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia. DIREITO E TECNOLOGIA • Rev. direito GV 16 (1) • 2020.

ONODERA, Marcus Vinicius Kiyoshi. Gerenciamento do Processo e o Acesso à Justiça, Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

PIANA, Daniela. La giustizia e i suoi saperi: professionalità al servizio del giusto processo. 1. ed. Roma: Luiss, 2017.

SANDEFUR, Rebecca L. "Access to what?" Daedalus: The Journal of the American Academy of Arts and Sciences, v. 148, n. 1, p. 49-55, winter 2018.

RICHA, Morgana de Almeida. Políticas Públicas Judiciárias e Acesso à Justiça. São Paulo: LTr, 2022.

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Digital e Processo Eletrônico. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2022.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INOVAÇÃO NO PODER PÚBLICO

Ementa: A governança da inovação. Políticas públicas de estímulo à inovação; e política pública de inovação na administração pública; e inovação nas políticas públicas: diferenças e complementaridades. A Política Nacional de Inovação. Planos Nacional e Estaduais de Inovação. Demais normas componentes do arcabouço regulatório dos programas de apoio ao desenvolvimento e à inovação no Brasil. O Papel do Estado no fomento e estímulo à Inovação. Relacionamento com o setor produtivo: arranjos institucionais de coprodução da inovação. Interação universidade-empresa, incubadoras, parques tecnológicos, organizações sociais. O desenvolvimento e institucionalização da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil e sua comparação a nível internacional. Fomento público à inovação e interfaces com questões como propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

Bibliografia:

BUFREM, L. S.; SILVEIRA, M. A. A.; FREITAS, J. L. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no brasil: panorama histórico e contemporâneo. Revista P2P e Inovação, Rio de Janeiro, v. 5 n. 1, p.6-25, 2018.

CAMOES; CAVALCANTE; CUNHA; SEVERO (Orgs.). Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil. 1. ed. Brasília: Ipea, 2017.

CAVALCANTE, Pedro. Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia. Brasília: Ipea, 2019.

CAVALCANTE, Pedro. Governança e Inovação em Políticas Públicas: intersecções de uma fértil agenda de pesquisa. Boletim de Análise Político-Institucional, v. 29, p. 61-69, 2021.

CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Construção da Política Nacional de Inovação; Resumo Executivo. Brasília, DF: CGEE, 2020.

FERREIRA, V. da R. S.; TETE, M. F.; SILVA FILHO, A. I. da; SOUSA, M. de M. Inovação no setor público federal no Brasil na perspectiva da inovação em serviços. INMR - Innovation & Management Review, v. 12, n. 4, p. 99-118, 2015.

GONDIN, P. R. Governança em ciência e tecnologia: uma revisão da literatura. Revista Organização Sistêmica, [S. l.], v. 6, n. 10, 2020. International Bank for Reconstruction and Development, World Bank (IBRD). Improving public sector performance: through innovation and inter-agency coordination. Summary of the Global Report, 2018.

MENDES, D. R. F.; DE OLIVEIRA, M. Ângelo C.; PINHEIRO, A. Política nacional de ciência, tecnologia e inovação: avaliação do marco regulatório e seus impactos nos indicadores de inovação. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. São Paulo, SP, v. 2, n. 1, p. 22-46, 2013.

LEMONS, D. C. ; CÁRIO, S. A. F. . A evolução das políticas de ciência e tecnologia no Brasil e a incorporação da inovação. Rio de Janeiro. Conferência Internacional LALICS, 2013.

PEDRO, E. da S. A Política Nacional de Inovação e as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Cadernos De Prospecção, 14(1), 1, 2021.

4. CIÊNCIA DE DADOS E ESTATÍSTICA APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Ciência de dados, estatísticas e do Direito: noções introdutórias e contexto atual. Estatística básica e o Direito: o potencial do uso correto dos números para subsidiar análises multidimensionais de questões jurídicas complexas. Diálogo entre estatística, políticas públicas e direito. Incerteza e sua mensuração: modelagem informacional. Formulação de hipóteses, partição de um espaço amostral e confiança estatística em análises de políticas públicas. Tipos de erros e vieses numa pesquisa empírica e o auxílio da Estatística. Tamanho amostral em amostra aleatória simples. Probabilidade: definição clássica, frequentista e axiomática. Conceitos: População, indivíduos, amostra representativa, inferência, experimento, espaço amostral, evento, independência, estudo observacional, experimento aleatorizado, variável aleatória, observação, medidas, contagem, medidas resumos, média, média ponderada, média aparada, mediana, moda, variabilidade, variância, desvio, desvio padrão, amplitude inter-quartis, outliers, frequência absoluta e relativa, probabilidade condicional, verossimilhança, probabilidade a priori, fator de normalização, probabilidade a posteriori, densidade de probabilidade, densidade acumulada, padronização (score-Z), modelos determinísticos e probabilísticos (estocásticos) e testes estatísticos. Ciência de Dados e conceito de simulação. Ciência de Dados, Direito e Políticas Públicas: dados transversais (quadro de dados), longitudinais (séries temporais), em painel e outras estruturas

(grafos). Jurimetria e suas interfaces com as políticas públicas. Análises quantitativas no Direito e Políticas Públicas.

Bibliografia:

- AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as Ciências Sociais. Tradução de Lori Viali. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 9. ed. 3. reimpr. rev. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.
- BECKER, João Luiz. Estatística Básica: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- BRUCE, Peter; BRUCE, Andrew. Estatística Prática para Cientistas de Dados: 50 conceitos essenciais. Traduzido por Luciana Ferraz. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.
- DIETZ, Thomaz; KALOF, Linda. Introdução à Estatística Social. Traduzido por Ana Maria Lima de Farias e Vera Regina Lima de Faria e Flores. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- FERREIRA, Pedro Guilherme Costa (Org.). Análise de Séries Temporais em R: curso introdutório. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV IBRE, 2018.
- KAHNEMAN, Daniel; SIBONY, Oliver; SUNSTEIN, Cass R. Ruído: uma falha no julgamento humano. Traduzido por Cassio de Arantes Leite. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.
- LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. Estatística para Ciências Humanas. Traduzido por Jorge Ritter. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- MATLOFF, Norman. Probability and Statistics for Data Science. London, England: CRC Press, 2019. (Chapman & Hall/CRC Data Science Series).
- NEVES, Cleuler Barbosa das. Ruído num Espaço de Probabilidades Democrático de Direito: análise do Furto Simples na perspectiva da Estatística aplicada ao Direito. Tese/cátedra inédita aprovada na avaliação de progressão para Professor Titular junto à Faculdade de Direito da UFG. Goiânia, 2023.
- NUNES, Marcelo Guedes. Jurimetria: como a Estatística pode reinventar o Direito. 1. ed. São Paulo: RT, 2016.
- SHUMWAY, Robert; STOFFER, David. 2019. Time Series: a Data Analysis approach using R. London, England: CRC Press, 2019.
- YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução Daniel Bueno. Revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.